

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 708.705 - PR (2015/0095136-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : ASSOCIACAO DOS AVICULTORES DO OESTE DO PARANA
ADVOGADO : JEFERSON DA ROCHA E OUTRO(S) - SC021560
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCELO AUGUSTO BERTONI - PR054545
KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI E OUTRO(S) - PR054305
HILSON DUTRA UMPIERRE JUNIOR - PR059767
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : ERIC GARMES DE OLIVEIRA - SP173267
NELSON PASCHOALOTTO E OUTRO(S) - PR042745
AGRAVADO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER E OUTRO(S) -
DF019535
LUIZ CARLOS STURZENEGGER E OUTRO(S) - DF001942A
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS E OUTRO(S) - DF041952
AGRAVADO : BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE
- SICREDI OESTE PR
ADVOGADOS : CARLOS ARAÚZ FILHO E OUTRO(S) - PR027171
EDGAR KINDERMANN SPECK - PR023539
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI - PR020456
BRÁULIO BELINATI GARCIA PEREZ E OUTRO(S) - PR020457
JULIANO RICARDO SCHMITT E OUTRO(S) - PR058885

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão da Presidência do STJ, às fls. 1.883-1.884 (e-STJ), que não conheceu do agravo, em razão da ausência de impugnação específica ao fundamento da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal de origem relativo ao não cabimento de recurso especial contra norma constitucional.

Em suas razões, sustenta a agravante que "não se trata, portanto, de um recurso especial que pretende discutir matéria constitucional" (e-STJ, fl. 1.890).

Sem impugnação.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Considerando a alegação da agravante, e o decidido pela Quarta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, nos autos do AgInt no AREsp 1.461.497/RJ, Rel.

Ministro Raul Araújo, julgado em 13.8.2019, DJe de 27.8.2019, que firmou o seguinte entendimento: "a necessidade de impugnação específica - prevista no art. 932, III, do CPC/2015 e Súmula 182/STJ - não se aplica ao fundamento relativo à violação de norma constitucional, pois se trata de matéria a ser apreciada no recurso extraordinário", reconsidero a decisão singular de fls. 1.883-1.884 (e-STJ), e passo a uma nova análise do recurso.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 1.592-1.593):

AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRORROGAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO DE CRÉDITO RURAL E CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.

PRELIMINARES SUSCITADAS EM SEDE DE CONTRARRAZÕES. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO RETIDO POR SER A DECISÃO QUE EXCLUI LITISCONSORTES, ATIVOS E PASSIVOS, DA LIDE, SUJEITA À SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. DECISÃO COM NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. PEDIDO DE DESPROVIMENTO DO APELO POR JULGAMENTO MONOCRÁTICO (ART. 557 DO CPC). IMPOSSIBILIDADE. PRELIMINARES AFASTADAS.

AGRAVO RETIDO. ILEGITIMIDADE ATIVA DE ALGUNS DOS ASSOCIADOS POR NÃO SEREM INADIMPLENTES. CONDIÇÃO QUE RETIRA O DIREITO À PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA PLEITEADA NA INICIAL. DECISÃO ACERTADA. CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL. MANUTENÇÃO. AGRAVO RETIDO NÃO PROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AFASTAMENTO NO DESPACHO SANEADOR. PARCELA NÃO RECORRIDA OPORTUNAMENTE. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO. ILEGITIMIDADE DA ASSOCIAÇÃO PARA REPRESENTAR PARTE DOS ASSOCIADOS. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO REVISIONAL. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA E ESPECÍFICA PARA PLEITEAR A PRORROGAÇÃO DE DÉBITOS RURAIS. DECISÃO CORRETA. INSURGÊNCIA QUANTO À

EXCLUSÃO DO BANCO SANTANDER S/A POR AUSÊNCIA DE CONTRATO FIRMADO COM ELE. MANUTENÇÃO. PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO. REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI Nº 11.775/2008, NÃO DEMONSTRADOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ISENÇÃO EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DO ART. 87 DO CDC. ACOLHIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.690-1.697).

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos arts. 535, I e II, do Código de Processo Civil de 1973; 5º, XXXV, LIV e LV e 93, IX, da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial.

Aponta negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação do acórdão recorrido, que afirmou que a prova, em caso de pedido de prorrogação com base na lei agrícola, deve ser produzida na fase inicial, não cabendo a produção de prova na fase de instrução processual.

Sustenta a nulidade do feito em razão do julgamento antecipado da lide, por ter sido indeferida a produção de prova pericial e testemunhal, com a improcedência prematura da ação, pois não foram ouvidos os produtores rurais e ela associados sobre a crise na avicultura que enfrentavam à época, em que se pretendia a prorrogação dos débitos ou o reescalonamento da exigibilidade das dívidas originárias de crédito rural até que os avicultores pudessem retomar suas atividades, eis que a data de vencimento do contrato é cláusula passível de revisão, discussão, alongamento e renegociação, o que configurou cerceamento de defesa.

Defende, por fim, a nulidade do processo por ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Requer, outrossim, a condenação dos recorridos ao pagamento de honorários no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/1973.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.775-1.790 e 1.792-1.799 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 1.801-1.804 (e-STJ).

Contraminutas às fls. 1.835-1.842, 1845-1.852 e 1.854-1.866 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

No que diz respeito à alegada violação do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil de 1973, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, onde os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. OMISSÃO. ART. 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF.

EXCESSO DE EXECUÇÃO. VERIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NÃO CABIMENTO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram

devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.257.480/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12.3.2019, DJe 15.3.2019)

Extrai-se do acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pela ora agravante (e-STJ, fls. 1.694-1.695):

Com o reconhecimento pela Câmara de que, a prova respeitante a possibilidade de prorrogação ou alongamento da dívida, além de documental antecede ao próprio ajuizamento da ação, razão pela qual deveria ter acompanhado a inicial, logo não havia necessidade de dilação probatória, quer oral ou pericial, afastando assim a preliminar de cerceamento de defesa e ofensa ao contraditório.

Inclusive, em momento algum se observou poderes específicos conferidos pelos associados para ajuizamento de ação declaratória para prorrogação de dívida rural, cujo pedido é muito específico e regrado por legislação federal própria, consoante se pode ver do pedido inicial formulado pela associação apelante ora embargante.

A bem dizer, os embargos de declaração visam a dirimir dúvidas na compreensão do julgado, nos casos de obscuridade ou contradição no seu enunciado, ou complementá-lo, no caso de omissão, pelo órgão julgador, na apreciação de algum ponto integrante da prestação jurisdicional requerida (art. 535 do CPC).

Há obscuridade quando a decisão apresenta expressões ambíguas ou equívocas capazes de dificultar a compreensão do julgamento. Há contradição, quando a decisão apresenta proposições inconciliáveis entre si, e há omissão quando o juiz ou o tribunal deixa de apreciar matéria sobre a qual deveria pronunciar-se, suscitada pelas partes ou apreciável ex officio.

No caso, não ocorreu quaisquer dessas hipóteses.

Verifico que o Tribunal de origem se manifestou, expressamente, sobre a questão da pretensão da dilação probatória pela agravante no que diz respeito à possibilidade de prorrogação ou alongamento da dívida, deixando claro que em momento algum foram observados poderes específicos conferidos pelos associados para o ajuizamento de ação declaratória visando à prorrogação de dívida rural.

No mérito, cumpre destacar, que não compete a esta Corte Superior a análise de violação a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída exclusivamente ao STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME VIA APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. READEQUAÇÃO DE BENEFÍCIO. REVISÃO. TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DIRIMIDA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O exame da violação de dispositivo constitucional (art. 5º, II, da Constituição Federal) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

(...)

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1672259/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27.6.2017, DJe 30.6.2017)

No tocante à alegação de cerceamento de defesa, o Colegiado estadual a afastou, sob a seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 1.601-1.602/1.610/1.612-1.614):

Deve-se ter em consideração que é do exame dos fatos e de sua adequação à pretensão que o Juiz pode dar uma solução ao litígio.

(...)

Entretanto, considerando o poder de instrução do Juiz, caberá a ele, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo. Em matéria de prova, não

se pode olvidar que o Juiz tem o dever de indeferir atos inúteis ou protelatórios.

(...)

A prova serve ao convencimento do Juiz e a ele é endereçada. Daí resulta a liberdade que lhe é concedida pela Lei Processual, para determiná-la, deferi-la, indeferi-la, atendendo a requerimento das partes ou de ofício.

(...)

Portanto, não há se falar em cerceamento de defesa ou necessidade de produção de prova pericial, vez que, neste caso específico, as questões discutidas independem de outros meios de prova ou de realização de audiência.

Friso que a prova respeitante a possibilidade de prorrogação ou alongamento da dívida, além de documental antecede ao próprio ajuizamento da ação, razão pela qual deveria ter acompanhado a inicial.

(...)

Quanto ao indeferimento da prova pericial, reporto-me aos fundamentos adotados quando da apreciação do agravo retido, para o fim de manter o despacho saneador.

No tocante à insurgência contra o julgamento antecipado da lide, que cerceou a produção de prova testemunhal, reforço o entendimento de que a prova serve ao convencimento do Juiz e a ele é endereçada (art. 130, do CPC). Daí resulta a liberdade que lhe é concedida pela Lei Processual, para determiná-la, deferi-la, indeferi-la, atendendo a requerimento das partes ou de ofício.

(...)

Na hipótese dos autos, não se vislumbra a necessidade da produção da prova oral e testemunhal, pois suficiente o exame dos documentos acostados aos autos, cotejado pelas alegações das partes, para formar o juízo de convencimento do Juiz.

Além do mais, torno a registrar que a prova respeitante a possibilidade de prorrogação ou alongamento da dívida, além de documental antecede ao próprio ajuizamento da ação, razão pela qual deveria ter acompanhado a inicial, razão pela qual não havia necessidade de dilação provatória, quer oral ou pericial.

Por tais razões, afasto a preliminar de cerceamento de defesa e ofensa ao contraditório.

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a produção de provas no processo tem a finalidade de orientar o julgador na condução da causa. Estando o juiz - a quem compete o ordenamento do feito - convencido de que dispõe de elementos aptos a formar sua convicção, desnecessária se torna a dilação probatória. Cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Em suma, não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o juízo embasa sua convicção em prova suficiente para fundamentar as deduções expostas na sentença.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. AÇÃO CONEXA. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE JULGAMENTO CONJUNTO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE DA CEF AFASTADA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o juízo embasa sua convicção em prova suficiente para fundamentar as deduções expostas na sentença.
2. A avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC), quanto da necessidade de produção de outras provas demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp 1449368/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, Dje 27/08/2014).
3. A jurisprudência desta Corte tem entendido que o magistrado, a seu critério e diante de cada caso concreto, verificará a utilidade do julgamento simultâneo, com vistas a evitar decisões conflitantes e privilegiar a economia processual. Precedentes.
4. O acórdão recorrido, à luz dos elementos fático-probatórios constantes nos autos, afastou a responsabilidade da CEF pelos supostos danos materiais sofridos pela empresa recorrente, decorrentes de saque indevido realizado em sua conta por sócio-diretor. O acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é

vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.681.350/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.2.2018)

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa. Por conta disso, se o magistrado, após análise das particularidades da controvérsia, entendeu não haver necessidade de dilação probatória, como sucede na espécie, não há falar em cerceamento de defesa.

De todo modo, a conclusão de que não houve cerceamento de defesa em virtude do julgamento antecipado do feito, assentada no acórdão recorrido, decorreu de valoração de provas, e sua reapreciação esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 211 do STJ.

4. A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do

recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.140.214/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 20.11.2017)

Ademais, o Tribunal de origem assim entendeu (e-STJ, fls. 1.619/1.625-1.626):

Contudo, no presente caso, a apelante deixou de juntar os documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos legais, sendo que os dois Boletins Informativos da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), na qual consta a divulgação de pesquisa de avaliação de custos de produção de frangos, confeccionado com o apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), não se mostram suficientes para demonstrar o direito ao alongamento da dívida.

A jurisprudência reiteradamente destaca que é de conhecimento do produtor rural o caráter arriscado de suas atividades, por estarem condicionadas às variações e fenômenos naturais que influem diretamente no aumento ou redução da produção.

(...)

Assim, para a concessão do prolongamento da dívida rural é necessário que o produtor comprove o preenchimento dos requisitos legais, bem como as normas editadas pelo Banco Central.

No caso, como consignado pela magistrada, "os autores pretendem a declaração do direito de prorrogação da dívida de acordo com suas possibilidades e não nos termos da legislação e resoluções sobre a matéria, de forma que o Judiciário não pode se sobrepor à legislação regulamentadora da prorrogação", não existindo qualquer prova nos autos apta a demonstrar os fatos alegados pela recorrente.

Desta forma, não há que se falar em prorrogação da dívida.

Por fim, assiste razão à apelante, no que pertine à isenção do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Verifica-se que no despacho saneador foi conferida à apelante, a isenção prevista no art. 87 do CDC, cujo tópico da decisão restou irrecorrido, verbis: "tendo em vista o teor do acórdão juntado às

fls.

1041/1054, bem como, ante o teor da disposição expressa do artigo 87 do CDC, a associação autora é isenta de preparo de custas. Assim, determino a devolução à autora dos valores pagos nos autos a título de custas processuais".

Em face do comando judicial irrecorrido, deve ser afastada a condenação da apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

A desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, no sentido de ver deferida a concessão do prolongamento da dívida rural, demandaria o reexame do acervo fático e probatório dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

Com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do STJ.

O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado com a transcrição dos trechos dos julgados, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não bastando a simples reprodução de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

Vale destacar que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora